

190

3217

3

PINK 1578

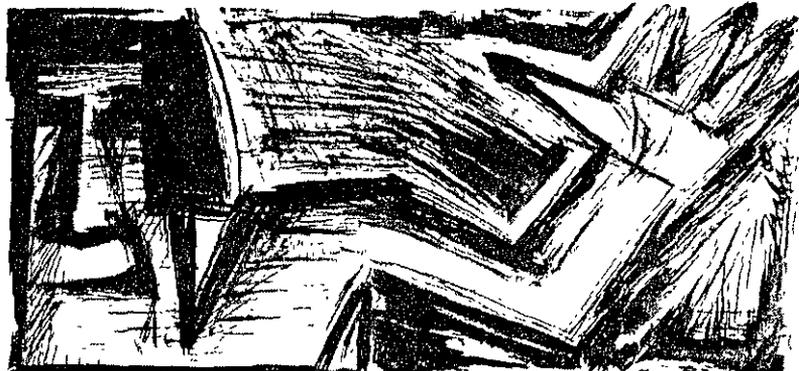
## ECONOMIA

# Índio mau pagador não recebe aval para empréstimo no Bird

GILSON LUIZ EUZEBIO

A Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, foi impedida de receber US\$ 20,9 bilhões do Banco Mundial porque estava inscrita no Cadastro de Inadimplentes (Cadim) do Governo Federal. O cadastro registra todas as pessoas físicas e jurídicas em dívida com a União e foi criado para forçar os inadimplentes a quitar suas dívidas. Caso não paguem, os devedores ficam proibidos de fazer qualquer transação com o Governo Federal e com os bancos oficiais federais.

O valor da dívida era irrisório, segundo a Funai, e não foi pago provavelmente por esquecimento. A assessoria da Funai não soube, porém, dizer o valor nem o fato que gerou a dívida não paga. A Funai não esperava ser pega pelo Cadim como mal pagadora. Quando pediu aval ao Tesouro para assinar o convênio com o Banco Mundial, a Funai foi informada de que não poderia obter autorização por estar incluída no Cadim. Para resolver o problema, o órgão teve que negociar com a Receita Federal e com a



Procuradoria da Fazenda Nacional o pagamento da dívida para limpar a ficha no Cadim.

Depois de muitas negociações, a Funai foi autorizada a assinar, na quinta-feira, o convênio com o Banco Mundial que prevê a liberação de recursos para demarcar 81 áreas indígenas na Amazônia, em benefício de 37 mil índios.

**Em casa** — Não é a primeira vez que um órgão público é incluído no Cadim. Segundo fontes do Ministério da Fazenda, até mesmo a Presidência da República já entrou na lista de inadimplentes com a União. Mas tratava-se de um erro de cadas-

tro, porque órgãos a serviço da Presidência usaram a identificação da Presidência da República. O cadastro já pegou também empresas estatais, inclusive bancos oficiais, devido a pendências com a União.

Qualquer tipo de dívida com a União provoca a inscrição no Cadim, criado especialmente para pegar os sonegadores de impostos. Os devedores, no entanto, entraram na Justiça alegando que o Cadim foi criado por portaria e, por isso, não poderia atrapalhar seus negócios. O Governo, então, editou medida provisória para dar mais força ao cadastro. As primeiras vítimas, porém, são do próprio Governo.